

**A GEOGRAFIA QUE SE LEVANTA
CONTRA A
DESPROFISSIONALIZAÇÃO E O
DESMONTE EPISTEMOLÓGICO –
NOTAS SOBRE A ATUAÇÃO DA AGB
E ANPEGE**

*GEOGRAPHY THAT STANDS UP AGAINST
DEPROFESSIONALIZATION AND
EPISTEMOLOGICAL DISMANTLING –
NOTES ON THE ACTIONS OF AGB AND
ANPEGE*

*GEOGRAFÍA QUE SE ENFRENTA A LA
DESPROFESIONALIZACIÓN Y AL
DESMANTELAMIENTO EPISTEMOLÓGICO
– NOTAS SOBRE EL ACCIONAR DE AGB Y
ANPEGE*

Ana Carolina de Oliveira Marques
Professora do Departamento de Geociências –
CCEN – UFPB
anacarolina@ccen.ufpb.br

Resumo:

Este texto é desdobramento da exposição oral na mesa “A Formação em Geografia ante a desprofissionalização e o desmonte epistemológico. O que fazer?” do VIII Congresso Brasileiro de Geografia (julho de 2024, USP - São Paulo). Apresenta uma síntese do contexto educacional contemporâneo e registra resistências da comunidade geográfica frente às reformas curriculares neoliberais, com enfoque na atuação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Palavras-chave: ANPEGE, AGB, reformas curriculares neoliberais, DCNs

Abstract:

This is an extended text of oral presentation at the lecture "Training in Geography in the face of deprofessionalization and epistemological dismantling. What to do?" at the VIII Brazilian Congress of Geography (2024 July, USP - São Paulo). It presents a synthesis of the contemporary educational context and registers the resistance of the geographic community in the face of neoliberal curricular reforms, with emphasis on the actions of the National Association of Graduate Studies and Research in Geography (ANPEGE) and the Association of Brazilian Geographers (AGB).

Keywords: ANPEGE, AGB, neoliberal curricular reforms, DCNs.

Resumen:

Este texto es una extensión de la presentación oral en la mesa "La formación en Geografía frente a la desprofesionalización y el desmantelamiento epistemológico. ¿Qué hacer?" del VIII Congreso Brasileño de Geografía (julio de 2024, USP - São Paulo). Presenta una síntesis del contexto educativo contemporáneo y registra las resistencias de la comunidad geográfica frente a las reformas curriculares neoliberales, centrándose en las actividades de la Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Geografía (ANPEGE) y de la Asociación de Geógrafos Brasileños (AGB).

Palabras-clave: ANPEGE, AGB, reformas curriculares neoliberales, DCN.

Introdução

São enormes os desafios de transformar uma exposição oral em texto, afinal são pertencem a dois campos que gozam de relativa autonomia. Os desafios são ainda maiores quando se trata de uma fala no interior do Congresso Brasileiro de Geografia (CBG): evento político-propositivo organizado pela quase centenária Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Recordemos o título da mesa: “A Formação em Geografia ante a desprofissionalização e o desmonte epistemológico. O que fazer?”. Dois jovens geógrafos, Raimundo Jucier e eu, dividimos o trabalho no auditório Milton Santos (FFLCH/USP) com outros dois geógrafos de larga trajetória acadêmica e política: Manoel Fernandes e Douglas Santos.

O convite para participação neste evento, o impasse inicial diante do tema da mesa, a escolha do melhor recorte. Relembro a máxima: “não antecipar a crítica à análise” – conselho de um intelectual cuja autonomia de pensamento lhe era inegociável. Refiro-me ao Milton Santos.

Admito que o exercício de proposição não me é fácil. Talvez as dificuldades advenham das batalhas travadas no campo da educação geográfica contra a famigerada hierarquia universidade-escola que autoriza pesquisadores acadêmicos a, sem nenhum constrangimento, dizerem “o que se deve fazer” na escola. Desde a leitura de Zeichner (1998), ou Carlos Rodrigues Brandão (1981), ou mesmo bell hooks (2017), desconfio de propostas que não sejam construídas coletivamente e no entrelaçamento entre teoria e prática.

Todavia, em consonância com o convite lançado no título da mesa, desafiei-me a elaborar uma fala/texto que culminasse em propostas concretas. A saída mais honesta que encontrei foi rememorar a recente atuação na diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), quando tive a oportunidade de dialogar com inúmeros colegas e entidades científicas dentro e fora do Brasil, especialmente a Associação Nacional dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Amparada nos enfrentamentos e construções coletivas, sem, contudo, eximir-me da autoria, estruturei o texto em três partes. A primeira apresenta o terreno das reformas curriculares neoliberais. A segunda consolida a memória da atuação das duas associações. Por fim, arrisco-me a sugerir pontos para uma agenda política ampliada.

Onde estamos?

A resposta à pergunta fundamental da Geografia, nos ensina Douglas Santos (2008), exige a definição de um sistema de referência. Aqui, este se refere ao campo das políticas curriculares, sem perder de vista as outras escalas e dimensões que incidem sobre os fenômenos educacionais como um todo. Afinal, parto da premissa metodológica que preconiza a relação indissociável entre educação, economia e política (Motta e Frigotto, 2017).

A profissão de professora, e o esforço em situar os conteúdos na realidade cotidiana dos estudantes, incutiu em

mim o hábito de realizar buscas em jornais e páginas eletrônicas de ampla circulação a fim de extrair alguns “índices” (para retomar Ginzburg, 1989) desta realidade. Destaquei, desta busca pelos assuntos educacionais que circulam na esfera pública brasileira, quatro manchetes:

“A flexibilização dos pisos de Saúde e Educação avança no governo Lula” (Intercept, 30-04-2024).

“Tarcísio autoriza a privatização da gestão de 33 escolas públicas de São Paulo” (G1, 12-06-2024).

**“Brasil Paralelo mira Geografia e Ciências Sociais”.
(Agência Pública, 18-06-2024)**

**“MEC e Inep oficializam Enade das Licenciaturas”
(INEP, 01-07-2024).**

As manchetes sintetizam o projeto de educação formulado na década de 1990, para o qual apontam as contrarreformas educacionais que tensionam atualmente nossa formação, profissão e a própria ciência geográfica: a privatização (ampliada) da educação, a intensificação da precarização do trabalho docente para fins de controle e barateamento, e o deslocamento da ciência do centro dos currículos da escola básica e dos cursos de formação de professores. Tudo isto atrelado a um projeto de formação da juventude que visa a “administração da questão social”, como alertam Motta e Frigotto (2017), num cenário de

reestruturação produtiva que altera profundamente o mundo do trabalho.

A marcha empresarial, privatista, financista na educação brasileira ganha velocidade a partir do governo Michel Temer, não que antes não ocorresse. O sentido público da educação se vê fortemente ameaçado. O cerco avança em direção à universidade pública.

O que ocorre vai de encontro a pelo menos duas demandas das classes capitalistas, sob a forma de fundações ou conglomerados empresariais: a primeira delas, a própria transformação da educação em mercadoria, dentro de um movimento de expansão do capital para os direitos/serviços públicos e para a natureza; a segunda, a formação da personalidade neoliberal com vistas à adaptação da classe trabalhadora ao regime de acumulação flexível.

Se os anos 1990 marcaram o início da hegemonia neoliberal na definição das políticas públicas, a crise da acumulação do capital nas décadas anteriores compõe o contexto que levou a tal inflexão:

O princípio de se controlar o crescimento da dívida pública mediante o controle das contas primárias, principalmente na forma dos gastos sociais – tal como foi recomendado pelo Consenso de Washington – fundamentou os processos de privatização dos serviços públicos, inclusive a educação. Com isto, a educação tornou-se uma mercadoria tão necessária quanto descartável, frente à supremacia e à instabilidade do mercado. Esse fenômeno constituiu-se, juntamente com outros artifícios econômicos e políticos, numa contramedida à crise de acumulação do capital que

se manifesta a partir dos anos de 1970, cuja face mais conhecida pela sociedade foi o desemprego. A promessa enunciada pela teoria do capital humano foi se desintegrando e países de capitalismo dependente não se tornaram desenvolvidos. (Ramos, 2011 p. 17-18)

As teses de Ricardo Antunes (2001) pintam um cenário semelhante ao de Marise Ramos: na composição atual da classe trabalhadora, há cada vez mais desempregados, desalentados e trabalhadores sem quaisquer vínculos contratuais ou garantia de direitos, expostos a extensas jornadas de trabalho e condições que remetem ao século XVIII.

Virgínia Fontes (2017) chama atenção para a ausência dos trabalhadores informais nos espaços convencionais de controle e vigilância direta do trabalho e, portanto, para a importância da escola e da universidade como veículos ainda mais necessários de (con)formação desta classe. A novidade é que este controle agora se traveste de liberdade, já que a dominação passa a ser exercida muito mais pela difusão de uma suposta liberdade ilimitada (de escolha de itinerários, por exemplo; ou de escolas via *vouchers*) do que pela imposição explícita desses limites (Han, 2017).

É condição para o barateamento do trabalho docente e a formação da personalidade neoliberal, o desmonte dos campos disciplinares que de alguma forma conduzem a uma interpretação da realidade social como a Geografia, a História, a Sociologia, a Filosofia. Arremessados em áreas nebulosas, nas quais o estatuto científico não ocupa a centralidade, os

currículos escolares incorporam pseudo “inovações” sob o mantra da pedagogia das competências.

A idéia que se difunde quanto à pertinência do uso da noção de competência pela escola é que tal noção seria capaz de promover o encontro entre trabalho e formação. No plano do trabalho, verifica-se o deslocamento do conceito de qualificação em direção à noção de competência. No plano pedagógico, testemunha-se a organização e a legitimação da passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações concretas e específicas. Essas competências são definidas em relação aos processos de trabalho que os sujeitos deverão ser capazes de compreender e dominar. (Ramos, 2001 p. 1).

Reafirma-se, portanto, a centralidade do trabalho na compreensão das formas e conteúdo das reformas curriculares. Eximir-se desta conexão, ou negar a relação entre educação e trabalho, é explicitamente um posicionamento metodológico e político. Este, aliás, tem sido o caminho trilhado por grupos consolidados da geografia brasileira, resultando, por exemplo, na divisão interna entre correligionários da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – e, portanto, da política educacional de hegemonia do capital – e aqueles que se levantam contra a privatização e a redução da formação humana aos preceitos neoliberais.

O desmonte epistemológico vivenciado pela Geografia escolar e outras disciplinas cujos conteúdos se encontram reduzidos e pulverizados na Base Nacional Comum Curricular

(BNCC, 2017), avizinha-se dos cursos de formação de professores. Se a resistência liderada por associações como Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) barraram a BNC-Formação (Resolução CNE 02/2019), o ímpeto de transformar as licenciaturas em “cursos de treinamentos para a base” segue por outros instrumentos, a exemplo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Este, como vocifera o ministro Camilo Santana, tem como foco as “competências e habilidades” da BNCC.

Não só a educação básica e as licenciaturas são objetos das políticas curriculares neoliberais. A lógica de formação para o desemprego, a informalidade e o trabalho hiperprecarizado se estende aos cursos de bacharelado.

É, portanto, neste terreno que operam as contrarreformas educacionais que têm nos colocado desafios importantes na defesa da nossa formação, profissão e da própria Geografia enquanto ciência e disciplina escolar.

Na sequência, o relato das ações realizadas por duas das principais organizações de geógrafos e geógrafas no Brasil.

A atuação da AGB e da ANPEGE

Apesar dos diferentes – e até certo ponto contraditórios – contextos de surgimento das duas principais representações (políticas e científicas) da geografia brasileira, nos últimos anos

a AGB e a ANPEGE se aproximaram em termos de compreensão da conjuntura política e educacional brasileira, e atuação política.

Dentre as inúmeras frentes que as duas associações atuam, destaco o movimento de resistência às políticas curriculares neoliberais. Procurei, a partir das notas, manifestos e cartas¹ produzidas por ambas no período de 2016 e 2024, rememorar estas insurgências e delas extrair pontos para uma agenda política ampliada.

Se o que chamamos de políticas curriculares neoliberais datam de, no mínimo, 30 anos, o período recente (desde 2016) tem como marcas a maior coordenação econômica e a intensificação do conservadorismo e autoritarismo (Albuquerque et. al, 2021).

A BNCC e a reforma do ensino médio² foram os primeiros objetos de repúdio das associações no recorte que aqui estabelecemos. Apesar da primeira nota da AGB ter sido lançada em 2017, o debate remete a 2015:

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em consonância com seu histórico de compromisso com as lutas sociais e em defesa do direito à educação

¹ Saliento que a atuação das entidades ultrapassa a publicação de tais notas. Reconheço a importância dos debates ocorridos nos eventos (ENANPEGE, FALA PROFESSOR, ENG, CBG) e *lives*, também a participação em fóruns, conselhos e coletivos diversos. Considerar todas estas fontes e espaços de atuação demandaria, entretanto, uma pesquisa de maior fôlego.

² Medida provisória 746/2016 que desencadeia na Lei 13.415/2017, parcialmente revogada pela Lei 14.945/24.

pública de qualidade, tem se posicionado nos últimos anos frente às políticas educacionais direcionadas para as mudanças na Educação Básica, por exemplo, em relação a proposta do MEC de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), resultando, inclusive, no tema do XVIII Fala Professor “(Qual) é o fim do ensino de Geografia?”, ocorrido em Catalão (GO), em 2015. Desde o ano passado a AGB passou a somar forças com movimentos sociais e entidades na denúncia da famigerada MP 746/2016 (reforma do ensino médio), dentre outras medidas postas em prática pelo atual Governo Federal. (AGB, 2017)

Além do caráter antidemocrático da formulação e implementação das reformas, também a seletividade dos campos disciplinares mais impactados ganhou destaque nas notas.

Era relativamente previsível que tais políticas atingiriam com maior intensidade as ciências humanas. Já na campanha às eleições presidenciais, o ex-presidente Jair Bolsonaro explicitava seu descontentamento com esta área do conhecimento. Posição compartilhada pelo Ministro da Educação Abraham Weintraub. As falas públicas de ambas as autoridades incitaram mais uma nota da AGB no campo do debate curricular e da defesa da ciência geográfica:

Discordamos veementemente daqueles que de forma arbitrária elencam determinadas áreas do saber como privilegiadas em detrimento de outras sob o argumento de um necessário retorno imediato para sociedade, uma vez que este tipo de discurso demonstra a ignorância acerca do papel fundamental do pensamento crítico na formação da pessoa. É preciso lembrar que o conhecimento é um fato inerente à existência humana e é a partir dele que são criadas e desenvolvidas as mais diversas

condições essenciais à sua sobrevivência. A contribuição das ciências naturais e exatas na sua apreensão da dinâmica física da realidade é de extrema importância, mas não se realiza em separado do conhecimento produzido pelas humanidades, fundamental para compreender a complexidade dos fenômenos que estruturam a vida social e do indivíduo. (AGB, 2019).

Os impactos desta seletividade não se restringiram ao financiamento das pesquisas acadêmicas. A implementação da BNCC/Novo Ensino Médio acarretou em redução imediata da carga horária da Geografia Escolar, por conseguinte nas atribuições do professor de Geografia, impelido a assumir “componentes” distintos de sua área de formação.

Frente aos novos desafios impostos à formação e atuação do professor, em 2020, constituiu-se o Grupo de Trabalho “Geografia e Educação” da ANPEGE com o propósito inicial de realizar estudos críticos dos impactos da BNCC e, logo depois, da BNC-Formação de professores (Resolução CNE/CP 02/2019) sobre os cursos de Geografia.

A fim de subsidiar o debate a nível dos departamentos e colegiados, a ANPEGE publicou a nota técnica “BNC-Formação e reformas curriculares dos cursos de licenciaturas em Geografia”:

Ressaltamos que é essencial que os cursos de formação de professores estejam em consonância com a pluralidade de práticas, concepções e processos que têm marcado as geografias feitas pelas escolas e universidades públicas, resultado do processo de construção histórica e territorial de cada um dos cursos e sujeitos que as compõem

(educadores, educadoras, educandos e educandas e suas comunidades), evidenciando que a BNCC não se transformou apenas em uma Base Curricular, mas em uma plataforma de produtos e serviços educacionais. Neste sentido, a autonomia escolar e universitária, incluindo de cátedra são fundamentais, uma vez que a garantia das mesmas potencializa o diálogo com a realidade de cada lugar, necessário para a organização curricular emancipatória. O Brasil, como defende a Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e que subscreve a ANPEGE, já possui currículos, tecidos nos cotidianos das escolas e das Universidades por educadores, educadoras, educandas, educandos e suas comunidades. Desconsiderá-los atenta contra as lutas, organizações e construções destes coletivos e nega uma formação que dialogue com os múltiplos territórios escolares. (ANPEGE, 2020).

Também a AGB se posicionou publicamente em defesa da autonomia intelectual e da liberdade de cátedra, no então contexto de escalada do autoritarismo (Albuquerque, 2021), quando multiplicavam os casos de perseguição política a professores e professoras:

Repudiamos o ataque às produções científicas que ocorrem: i) pelo dismantelamento das políticas públicas voltadas ao incentivo e ao financiamento da tríade ensino, pesquisa e extensão; ii) por críticas inconsistentes e prematuras a trabalhos científicos, muitas vezes decorrentes de posturas intelectualmente inadequadas, que julgam e divulgam opinião sobre obras sem tê-las lido, e; iii) pelo patrulhamento ideológico em torno de sujeitos considerados „inimigos sociais“, entre os quais, se enquadram docentes, pesquisadores e ativistas de movimentos sociais que se engajam na construção de um mundo menos desigual. Vivemos sob a ameaça da censura em salas de aula, dos cortes de direitos sociais, cidadãos e trabalhistas, entre outros. Além disso, estamos assistindo - e com esse manifesto, reagindo - às tentativas de

deslegitimação e mediocrização da ciência, dos diversos espaços e diversas vertentes de produção de saberes, e da reflexão crítica e intelectual - seja ela acadêmica ou não. (AGB, 2020).

Nesta altura, na geografia brasileira, já havia nítidos sinais de cisão entre posicionamentos favoráveis e contrários às políticas curriculares em curso. Os temas das conferências e mesas dos eventos, dos trabalhos e comunicações, das lives reforçavam a suntuosidade da fratura.

Na outra frente das ofensivas neoliberais no campo curricular, também o bacharelado em geografia era alvo. Em 2020, a comunidade geográfica é surpreendida com um processo de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura e bacharelado em Geografia, no âmbito da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

As “propostas preliminares” de novas DCNs eram assinadas por uma “comissão de área” que previa, entre outras coisas, a criação de cursos tecnológicos.

A AGB iniciou uma série de atividades (reunião coletiva de leitura crítica das propostas curriculares, lives) e carta aberta (2020), subscrita por mais de 2.000 professores e estudantes, em defesa da autonomia universitária e da livre consulta:

Não há indícios nos documentos apresentados até o presente momento que apontem para um diagnóstico participativo capaz de pautar um debate minimamente qualificado sobre as condições, as potencialidades e os desafios enfrentados pelos Cursos de Graduação em

Geografia nesta última década. Também não foram verificadas problematizações e reflexões que sinalizem futuro em relação ao lugar e ao papel do egresso em Geografia e sua atuação nos mundos do trabalho no século XXI. Lembramos, também que transformações curriculares podem reverberar nas contratações, infraestrutura e na própria organização interna dos Departamentos e Colegiados de Curso que, ao não serem consultados, correm sérios riscos de fragilizações e desmontes. A concepção curricular adotada pelos propositores das Diretrizes Curriculares da Geografia se apoia no conceito tecnicista e há muito criticado de “grade curricular” e de competências. O primeiro já ultrapassado desde a década de 1980 e abandonado em função do direcionamento que promovia nas proposições curriculares, reduzindo a autonomia universitária, tendo em vista as prescrições diretivas para uma formação “flexível” de geógrafos que atuariam em outros campos laborais. (AGB, 2020).

No ano seguinte (2021), nova carta é publicada, agora com a assinatura da ANPEGE.

Questionada quanto aos critérios de composição da “comissão de área” que elaborou as duas propostas curriculares preliminares de DCN de Geografia, a Câmara de Educação Superior (CES/CNE), representada pelo presidente e um conselheiro, informou via ofício:

[...] critérios como a titulação acadêmica, a experiência docente, a sólida carreira profissional e a produção científica consolidada na área são parâmetros adotados pelo CNE na oportunidade em que procura trazer em seu auxílio os respectivos especialistas. Ademais, uma das premissas no processo de escolha é a contemplação de todas as regiões do país. Assim, depois de nomeado o coordenador, consultas diversas foram realizadas por ele nas suas redes de contato profissional como uma estratégia de atender o

escopo de profissionais de Geografia atuantes em vários campos profissionais da área e que representassem as macrorregiões brasileiras. (CSE/CNE, 2021).

Insatisfeitas com as respostas da CSE, AGB e ANPEGE solicitaram uma audiência pública (2022) na Câmara de Deputados, na qual foi acordada a suspensão provisória do andamento do processo.

Em julho de 2023, novo documento foi protocolado no CNE pelas entidades, desta vez solicitando que o conselho se manifestasse quanto aos encaminhamentos da audiência. O diálogo foi aberto e ventilada a possibilidade de arquivamento definitivo do processo, após a consulta à comunidade. Em 2024, um abaixo-assinado foi disparado, solicitando o arquivamento³.

Em meio às notas avulsas e a discussões pulverizadas em eventos (maior parte deles remota em função da pandemia de COVID-19), o GT Geografia e Educação da ANPEGE sugeriu à então diretoria da associação, a publicação de um livro. Neste, aprofundou-se a análise da conjuntura educacional brasileira e, em especial, os desafios postos ao ensino de Geografia.

Em 2021, em meio ao Encontro Nacional da ANPEGE, ocorreu o lançamento do livro “Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de Geografia”. Ampliou-se a compreensão dos impactos da BNCC para além do currículo escolar, também nos cursos de formação de

³ Sem um desfecho definitivo até a finalização deste texto (outubro 2024).

professores e, em última análise, na própria preservação do sentido público da universidade brasileira.

O texto que apresentamos à comunidade Geográfica é o resultado de estudos, debates e reflexões levadas a cabo pelo GT – Geografia e Educação ANPEGE. Trata-se de manifesto crítico à consolidação de um projeto neoliberal de Ensino de Geografia, estruturado a partir de uma curricularização prescritiva, expressa na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que tem obstaculizado os processos críticos de reflexões sobre o ensino e a formação nas diferentes etapas e modalidades da educação básica. Tal projeto tem servido à legitimação da redução da carga horária da formação humanista, comprometendo o desenvolvimento de diversos componentes curriculares, em especial, a Geografia. Entre os múltiplos efeitos deste projeto já sentido nas escolas e universidades públicas, destacam-se a restrição dos conteúdos de nossa área de formação, a banalização do conhecimento e sua instrumentalização para o mercado de trabalho e a consequente constituição de barreiras à entrada dos estudantes das escolas públicas no ensino superior. (Albuquerque et. al, 2021).

Este livro vem sendo debatido em eventos e grupos de estudo; figura entre as referências bibliográficas de disciplinas em cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, artigos, monografias, dissertações e teses.

Assim como o grupo de trabalho da AGB, o GT Geografia e Educação segue na estudo e na pesquisa dos impactos das reformas curriculares na formação e atuação do profissional em Geografia, inclusive com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), via edital Pró-Humanidades.

AGB e ANPEGE, diante do exposto, foram entidades fundamentais na resistência aos ataques à Geografia acadêmica e escolar.

Pontos para uma agenda política ampliada

Adoto, nesta seção, uma postura pragmática ao propor ações de médio e longo prazo para a organização política da categoria de geógrafos e geógrafas.

Recentemente, vivenciei a minha primeira greve no serviço federal. Fiz parte do comando local de greve da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e fui destacada para representá-lo em Brasília, somando-me ao comando nacional de greve junto ao ANDES-SN.

Esta leitura política dos desafios postos às geógrafas e geógrafos na defesa da nossa formação, ciência e atuação vem, portanto, influenciada por esta experiência, pela análise de conjuntura que lá fizemos e, claro, pelos limites que enxergamos diante da real correlação de forças.

Assim como a pauta do movimento dos trabalhadores da educação abrangia questões de orçamento para as universidades e o “revogaço” das contrarreformas educacionais, trabalhistas e previdenciárias, penso que a luta dos geógrafos também não se restringe aos nossos interesses exclusivos e imediatos.

Reforço a conexão fundamental entre BNCC, BNC-Formação, DCN, reforma do Ensino médio, Escola Sem Partido

(e sua extensão na militarização da educação), curricularização da extensão e políticas econômicas mais amplas, a exemplo do arcabouço fiscal.

Não vejo possibilidade de luta para a autonomia dos cursos de Geografia que não passe pela defesa da educação pública, o que inclui o incremento do orçamento das universidades e das escolas básicas, e o fim de uma política de financiamento educacional que penaliza as escolas com os piores resultados nos sistemas de avaliação.

Neste caminho, precisamos fortalecer as lutas unificadas. Isso implica reconhecermos que o problema dos professores da educação básica é também dos estudantes, dos bacharéis, dos professores universitários, da pós-graduação. Precisamos romper definitivamente com a ignorância histórica acerca da centralidade dos problemas da escola para a sobrevivência e a vitalidade dos cursos superiores de Geografia (Vesentini, 2004).

Além de unificada, esta luta tem que contar com a participação massiva de geógrafos e geógrafas de todo o Brasil. Não pode ser um movimento circunscrito à diretoria da AGB ou da ANPEGE. É fundamental o fortalecimento das seções locais da AGB, dos grupos de trabalho, das articulações com os centros acadêmicos e, especialmente, o diálogo com os professores da educação básica (aqui o FALA PROFESSOR é um canal fundamental).

Temos que apostar numa ampla divulgação do significado destas contrarreformas e na formação política de

professores e estudantes de Geografia, na graduação e na pós-graduação. Isto nos exige um franco exercício de autocrítica. Aqui recorro a Florestan Fernandes (1986), em seu texto “Formação política e o trabalho do professor”, no qual este importante sociólogo aponta para a fragilidade dos cursos de formação de professores em consolidar o exercício de ler politicamente a realidade. Florestan denuncia a suposta “neutralidade ética” perante os problemas sociais que ainda rege a conduta do professor e que é difundida nos cursos de formação.

Pensar a realidade politicamente nos leva a compreender, por exemplo, que a revisão de diretrizes curriculares nacionais, ou da base nacional comum para a educação básica, ou da base nacional para a formação de professores não é uma tarefa eminentemente técnica, e sim política.

Há colegas, do campo progressista, que entendem necessária a revisão curricular dos cursos de Geografia por motivos. E precisamos juntos dialogar sobre isso. Entretanto, concordando ou não com estes motivos, defendo que uma pergunta antecede a da revisão, qual seja: na atual correlação de forças, teríamos condição de garantir uma revisão curricular que não pendesse para os interesses do mercado em detrimento dos princípios da formação humana integral? Um passeio de olhos na composição do próprio CNE nos permite enxergar o terreno movediço sobre o qual caminhamos.

Ainda no debate das DCNs, convido a todos a visitarem o último Censo da educação superior. Pouco esforço interpretativo é necessário para compreender que o tecnólogo ou tecnológico é um mote de instituições privadas dentro de um projeto de educação à distância. Os cursos tecnológicos (29%) superaram, em 2022, em número de matrículas, as licenciaturas (16%). Os dados gritam: 77% de licenciaturas na modalidade à distância; aumento de 22% desta modalidade comparando 2021 e 2022; 88% em instituições privadas com fins lucrativos (INEP, 2023).

No âmbito pedagógico, a prevalência do tecnicismo não deixa dúvidas de seu alinhamento aos interesses do mercado. Afinal, como nos ensina Saviani (2012), o tecnicismo é a pedagogia do neoliberalismo.

Em síntese, venho aqui defender a unidade da luta, a organização de táticas de formação política a nível de graduação e pós (abertura de novas seções locais da AGB e o fortalecimento das existentes), a ampla divulgação das leituras críticas dos grupos de trabalho, o fomento deste debate na escala dos colegiados, dos departamentos, com envolvimento dos estudantes.

Para finalizar este tópico, resgato algo que ouvi quando entrevistava o professor Rubén Camilo Lois Gonzáles (2022), então vice-presidente da União Geográfica Internacional (UGI). Questionado sobre a identidade da Geografia brasileira, Rubén Gonzáles, sem titubear, disse que desconhecia uma geografia tão próxima aos movimentos sociais, e atuante “nas

ruas”, como a brasileira. E, sem dúvida, a AGB cumpriu e cumpre um papel fundamental neste engajamento.

Considerações finais

Não quero, neste texto, restringir a “resistência da geografia brasileira” à atuação da Associação dos Geógrafos Brasileiros e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Reconheço e reverencio as resistências empreendidas em escalas diversas, que vão desde o Ministério da Educação às salas de aula das escolas urbanas, rurais, indígenas, quilombolas, comunitárias, de jovens e adultos distribuídas no vasto território brasileiro.

O recorte na mobilização realizada por estas duas instituições advêm, como frisei de início, do meu ensejo em consolidar uma memória de luta e fortalecer as construções coletivas.

Em meio à profusão e aleatoriedade de manifestações no mundo virtual, construir uma unidade narrativa me parece um desafio fundamental da ação política.

Se, em outros momentos, a comunidade geográfica se dividia em guetos incomunicáveis, a conjuntura atual e, especialmente, a partilha do risco de desintegração da profissão e do desmonte epistemológico, obriga-nos a ocupar trincheiras comuns.

Finalizo com a manifestação de meu imenso respeito pela AGB e ANPEGE, e espero que a leitura deste texto

contribua na elucidação da absoluta incompatibilidade daquilo que se apresenta nas contrarreformas (Geografia da BNCC, Geografia das DCNs) com a história, a densidade e a diversidade epistemológicas da Geografia brasileira, e sua clivagem popular e democrática.

Referências

ALBULQUERQUE, Maria Adailza Martins de [...] et. al. Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de Geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho, v. 2, p. 35-48, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2023. Brasília, 2024. Disponível em: <http://censosuperior.inep.gov.br/censosuperior/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. Universidade, escola e formação de professores. São Paulo: Brasiliense, p. 13-37, 1986.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. Serviço Social & Sociedade, n. 130, p. 409-425, 2017.

G1. Tarcísio autoriza licitação para privatizar gestão de 33 escolas estaduais de SP. G1 São Paulo, 12 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/06/12/tarcisio-autoriza-licitacao-para->

privatizar-gestao-de-33-escolas-estaduais-de-sp.ghtml. Acesso em: 30 jun. 2024.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

GONZALES, Rubén C. L. Entrevistas Primordiais. *REVISTA DA ANPEGE*. V. 18. Nº. 36 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 2.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachino. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2017.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Ana Luiza Libânio. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. MEC e Inep oficializam Enade das licenciaturas. INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enade/mec-e-inep-oficializam-enade-das-licenciaturas>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). *Educação & Sociedade*, v. 38, p. 355-372, 2017.

PÚBLICA, Agência. Brasil Paralelo mira geografia e ciências sociais após curso que desinforma sobre história. Agência Pública, 2024. Disponível em: <https://apublica.org/nota/brasil-paralelo-mira-geografia-e-ciencias-sociais-apos-curso-que-desinforma-sobre-historia/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. A noção de competências na relação trabalho e educação: superando mitos e traçando horizontes. In: *Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da*

Educação Profissional. Carvalho, Maria Lucia Mendes de (org.). São Paulo: Centro Paula Souza 2011.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências e a psicologização das questões sociais. Boletim técnico do SENAC, v. 27, n. 3, p. 26-35, 2001.

SALVIATTI, Ana Paula. A flexibilização dos pisos de Saúde e Educação avança no governo Lula. The Intercept Brasil, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/04/30/a-flexibilizacao-dos-pisos-da-saude-e-educacao-avanca-no-governo-lula/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

SANTOS, Douglas. Um objeto para Geografia - sobre armadilhas que construímos e o que devemos fazer com elas. Terra Livre, v. 1, n. 30, p. 27-40, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. 160 p. ISBN 9788574964126.

VESENTINI, José William. Ensino de Geografia No Século Xxi (o). Papirus Editora, 2004.

ZEICHNER, Kenneth M. et al. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico. Cartografias do trabalho docente. Campinas: Mercado de Letras, p. 207-236, 1998.

Fontes eletrônicas:

Acesso às cartas produzidas pela AGB, citadas no texto:
<https://agb.org.br/documentos-2/dcms>

Acesso à carta e nota produzida pela ANPEGE, citadas no texto:
<https://www.anpege.ggf.br/documento.php?id=74>

Submetido em 30/10/2024
Aceito em 13/02/2025